

anti— ~~capitalista~~

Ano novo,
novo ciclo



Palestina
ou o homicídio
da política

P. 3

Das ruas para
sair da rua

P. 6

A cor do dinheiro

P. 7

Eleições são amanhã, a campanha será longa.

Texto de Jorge Costa

Depois de catorze governantes demitidos num ano, a sangria tinha estancado e a maioria absoluta parecia estar para durar. A investigação judicial ao primeiro-ministro ditou o fim, mas o próprio António Costa já admitiu que, mesmo sem a sua citação naquele parágrafo da PGR, dificilmente sairia incólume da residência oficial, onde o seu chefe de gabinete escondeu 75 mil euros em notas fugidas ao fisco. A maioria absoluta morreu de morte macaca. Os seus herdeiros colam-se ao ainda primeiro-ministro em gestão, mas o problema é mesmo a herança: um país deixado a empobrecer, a trabalhar para o quarto, para a renda ou para a prestação, com medo de precisar de uma urgência - e a receber doutrina: a “atração de investimentos” como lema de uma república destino de abutres.

Desde a marcação das eleições, o Bloco concentrou-se no balanço destes quase dois anos. Nunca aceitámos o “habituem-se!”, lançado por Costa como slogan do novo ciclo. Toda a arrogância que se previa, compareceu. E a anunciada ruína do SNS, que nos tinha levado a enfrentar a chantagem e a chumbar dois orçamentos, confirmou-se. Em 2022, o Bloco emagreceu, mas entra em 2024 com a coluna vertebral intacta.

A vitória de Pedro Nuno Santos na disputa da liderança do Partido Socialista arruma o quadro da disputa. Está clara a tentativa de recentrar o discurso (apoios na ala liberal assumida, reuniões com patrões, vénias ao privado na saúde) e o esforço para corrigir a má imagem deixada pelos desastrosos preparativos da privatização da TAP, que culminaram na sua saída do governo. Mas ninguém deve subestimar a capacidade da social-democracia para mobilizar o medo da direita e renascer das cinzas quando o fogo ainda crepita. Pedro Nuno Santos será transportado como uma viragem à esquerda e ainda conserva o prestígio de ter articulado pelo lado do PS as negociações que permitiram os acordos com os partidos de esquerda em 2015.

Neste quadro, o Bloco tem que ser capaz de representar as cores da esperança. Por muita verve socialista que o novo líder traga para os comícios, é o Bloco que pode responder no plano programático. Só o Bloco pode apresentar um programa económico que conjugue direitos do trabalho com objetivos climáticos, que levante a questão dos cuidados e da reconstrução dos serviços públicos e concretização dos princípios da vida boa: a ninguém faltará o que é essencial. Esse programa de rutura com a liberalização e com a política de fragmentação social em nome de direitos universais é a resposta à radicalização da direita.

O crescimento do Chega reconfigura um campo político (quem já esqueceu o discurso sobre subsidi dependência, anti-ciganos e de proteção da imunidade policial de Paulo Portas em 2011? O CDS intitulava-se então o “braço direito” da direita). Esse campo estará disponível para dar suporte a um governo PSD, ao lado dos ultraliberais. Para impedir esse governo, é necessário assegurar que o somatório dos deputados do PS e da esquerda baste para o impedir. Mas um somatório não faz uma maioria. O que faz uma maioria é um acordo programático e por isso é tão pobre a mera sugestão de “reedição da geringonça”: os acordos de 2015 visaram afastar a direita, reverter algumas das suas piores decisões, impedir contrarreformas que o programa do PS incluía e acelerar a recuperação dos rendimentos. Ora, o desafio é hoje muito maior porque foi a política liberal do PS que agudizou todas as dimensões da crise social e será necessário que a fração parlamentar do Bloco de Esquerda seja suficiente para determinar um programa de governo que represente uma mudança e não a “continuidade” que Pedro Nuno Santos anunciou no seu primeiro dia como secretário geral.

Os próximos dois meses serão o tempo de um confronto essencial, do qual os partidos não serão protagonistas exclusivos. Além da persistência dos profissionais de saúde, que recusam a farsa do acordo assinado por Manuel Pizarro com um microsindicato de direita, haverá grandes mobilizações pela habitação, a 27 de janeiro, e o regresso às ruas da agenda feminista, precisamente no último dia da campanha eleitoral, o 8 de março, um momento de afirmação da liberdade das mulheres e da recusa da proposta conservadora da direita radicalizada.

Serão longos dois meses e meio. E estão quase a terminar.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial

Eleições são amanhã, a campanha será longa.

3 Guerra

Palestina ou o homicídio da política

4 Estratégia

Notas sobre a crise da social-democracia

5 Movimento

Vida Justa é o poder às pessoas

6 Habitação

Das ruas para sair da rua

7 COP

A cor do dinheiro

8 Sugestões Culturais

The Old Oak // Teatro Hotel Europa

Dossiê | Estado

Francisco Louçã

Andreia Galvão

Ricardo Vicente

João Bernardo Narciso

Alexandre Abreu

Ana Feijão

Ficha Técnica

Conselho Editorial

Alda Sousa

Ana Feijão

Andrea Peniche

Andreia Baptista

Daniel Borges

Duarte Santos

Francisco Louçã

Hugo Monteiro

Inês Sena

João Bernardo Narciso

José Miguel Ricardo

Leonor Figueiredo

Marco Marques

Patrícia Felício

Paulo Antunes Ferreira

Rodrigo Sousa

Design Gráfico e Ilustração

Duarte Santos

Participaram nesta edição

Alexandre Abreu

Andreia Baptista

Ana Feijão

Daniel Borges

Francisco Louçã

Gonçalo Filipe

Inês Sena

João Bernardo Narciso

Jorge Costa

José Gusmão

José Manuel Pureza

Marco Marques

Paulo Antunes Ferreira

Ricardo Vicente

Vasco Barata

Palestina ou o homicídio da política

Texto de José Manuel Pureza

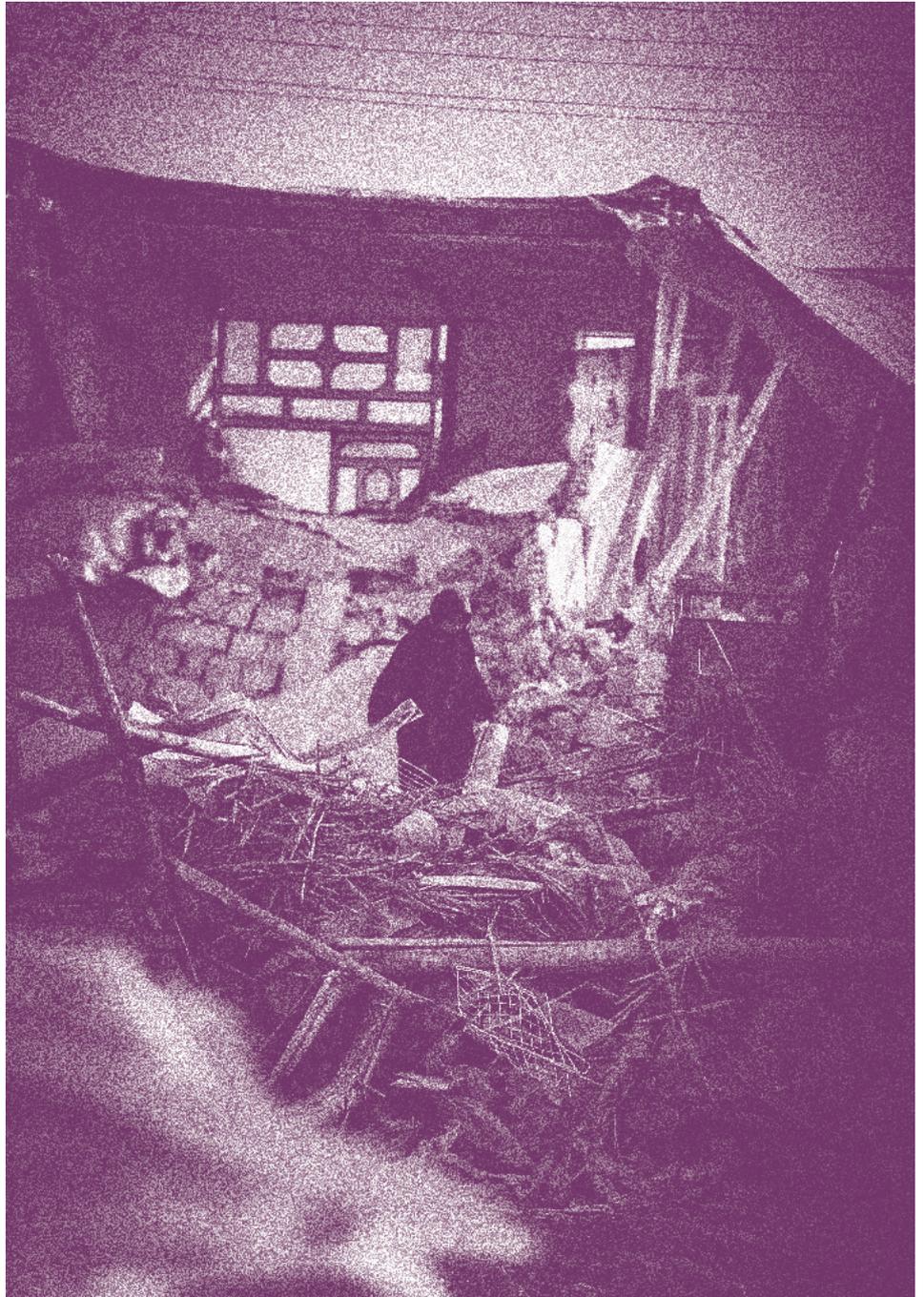
Como em todas as guerras, também na Palestina o humanitário é um pórtico para o político. Os milhares de mortos e a imensa destruição – as ruínas das casas, dos hospitais e das escolas são as ruínas de todas as vidas que ali estiveram e que ali haviam de estar – vêm da pior política e, sem a resolver, nunca os mortos – nem os vivos – descansarão em paz.

É a pior política feita de uma dialética imparável entre humilhação e vingança. A catástrofe da expulsão dos palestinos das suas casas em 1948, a discriminação grosseira no quotidiano do trabalho ou no acesso a electricidade, a mira das espingardas desportivas dos colonos da Cisjordânia apontadas aos depósitos de água das casas dos palestinos ou o cerco asfixiante a Gaza, seja por tanques seja por dezenas de checkpoints – eis um sistema de humilhação institucionalizada que se tornou “modo de ser normal” da vida palestina na terra ocupada.

A vingança crua, essa é a expressão de que a política deixou de ter espaço para ser a forma de combater a humilhação. Só há espaço para a política quando ela dá esperança concreta de poder ser alternativa à cruza. E os poderosos, tanto locais como globais, que determinam o fluir da vida na Palestina, não querem que a política dê esperança. Eles desacreditaram, dia após dia, os frágeis e mínimos compromissos que a diplomacia conseguiu e amarraram os palestinos a um acordo que já não estava lá enquanto eles próprios o violavam com mais e mais colonatos e mais e mais violência sobre a gente pobre da Palestina. E para esse descrédito da política contribuiu também a queda de parte sensível da administração palestina nas teias da corrupção e do conluio com os ocupantes. O resultado foi a substituição da resistência política pelo messianismo e da exigência democrática pela tirania teocrática.

À tragédia da ocupação colonial da Palestina somou-se a tragédia da hegemonia conquistada, de um lado e do outro, por uma interpretação messiânica do Livro e da História que faz do absolutismo a única lente legítima para ler a realidade e o destino.

Face ao esgotamento da política que a deriva messiânica alimenta, só uma diplomacia internacional responsável pode parar a guerra e tirar o debate da contabilidade dos mortos para o recenrar sobre o essencial: a autodeterminação do povo palestino. É por saber isso que o governo de extrema-direita de Israel faz fogo arrasador sobre as Nações Unidas e o seu secretário-geral. Netanyahu sabe que as Nações



Unidas são o quadro em que uma solução política ganhará a força da razoabilidade. Por isso se apressou a fazer de Guterres um inimigo.

A esquerda internacionalista só pode denunciar frontalmente esta manobra. E, sem fingir acreditar que a ONU é o que não é, tem de fazer sua a exigência de uma solução política

assente no regresso às fronteiras de 1967 e na independência plena da Palestina. A esquerda internacionalista é o campo em que todo o arrojo do horizonte buscado se combina com todo o realismo que consegue forças concretas que façam dar passos concretos em direção a esse horizonte.

Notas sobre a crise da social-democracia

Texto de Daniel Borges

1. Os regimes de social-democracia ocidental entram numa crise estrutural perante os nossos olhos. Os ciclos de crises sociais e económicas cada vez mais curtos, o avanço da extrema-direita e a erosão do tecido social e dos laços sociais e de solidariedade são disso prova. Fundado sob premissas de consenso e diálogo que atenuaram a luta de classes, este regime começa a mostrar as suas fissuras, sucumbindo cada vez mais a um paradigma de polarização e de conflito.

2. Por todo o lado, a extrema-direita cresce como sinal de contestação a um regime em decadência. Como fez antes na República de Weimar, na Itália pós-Primeira Guerra Mundial e em Portugal, aproveita-se da instabilidade social, económica e política do capitalismo para semear desconfiança e apresentar-se como solução. Mais uma vez, a retórica contra a diferença ganha força, galvanizando forças reacionárias, mas também massas de trabalhadores desiludidas com os limites e falhanços de uma social-democracia a favor das classes dominantes.

3. A resposta da social-democracia tem sido impotente e até patética. Nos Estados Unidos, contra a ameaça de golpe, mantém-se a figura de Biden. Nos Países Baixos, os partidos do centro pulverizam-se entre si, abrindo o flanco à extrema-direita. Na Argentina, com uma inflação de mais de 100%, o candidato que se apresentou como oposição à extrema-direita foi o ministro da Economia do governo vigente. Mesmo no Brasil, onde uma aliança mais ampla foi possível graças a um candidato consensual, a vitória foi arrancada a ferros e nada na ação política de Lula nos garante que as próximas eleições não serão também altamente disputadas com a extrema-direita.

4. Ao centro, as forças políticas empenham-se em dois principais pontos estratégicos para travar a extrema-direita. O primeiro é a defesa do status quo, mesmo que esse status quo seja a degradação brutal de todos os aspetos da vida dos cidadãos e cidadãs. Isto é, chegou a este ponto de descrédibilização das instituições democráticas, a sua principal proposta é manter tudo igual. O segundo é a criação de uma narrativa que torna o voto nas forças de centro no voto de entrave à extrema-direita. Isto é, deixa de interessar a política e passa a interessar apenas impedir a extrema-direita de governar. Ambos estes pontos estão errados pela mesma razão: não

são radicais. Não atacam a causa do problema, não mudam nada, não resolvem os problemas da social-democracia nem dos seus cidadãos – apenas adiam o inevitável.

5. Enquanto estas fúteis tentativas são postas em prática, instala-se um paradigma social e político de polarização que mina a esfera pública e debilita a social-democracia. Em vez de acentuar a luta de classes, esta polarização fragmenta politicamente ainda mais a classe trabalhadora.

Reconstruir qualquer tipo de sociabilidade e solidariedade torna-se mais difícil quanto maior é a polarização. Em Itália, Portugal, Espanha e na Alemanha, só foi possível fazê-lo após a queda dos regimes fascistas. Uma classe dividida contra si mesma não terá força para ser o motor de qualquer transformação social que altere a relação de forças a seu favor, e mesmo se tivesse, estaria demasiado fragilizada para concretizar a mudança necessária.

6. Este paradigma de polarização espalha-se a nível internacional. O que começou como um avanço subreptício da extrema-direita e foi sendo desvalorizado como situação pontual, fruto de realidades concretas, demonstrou ser uma vaga de fundo transversal à social-democracia e consequência dos seus sucessivos falhanços. Por isso se torna ainda mais difícil combater o avanço destas forças reacionárias. Embora tenha como seu motor a insatisfação popular com as condições de vida, rapidamente a extrema-direita conseguiu criar um arsenal cultural e simbólico, que se apoia no conservadorismo como reação a uma realidade constantemente em mudança e que se alastrou por todo o ocidente com os mesmos pontos de pressão.

7. A nossa estratégia deve compreender esta realidade. Aproximamo-nos de um ponto de rutura a uma velocidade vertiginosa. Apoiar um travão à extrema-direita que mantenha tudo igual – não desvalorizando o seu valor tático – é apenas adiar o inevitável. Um travão não basta. Precisamos de estratégias de combate. Combate à degradação das condições de vida, das instituições e do sistema económico que estão na base do descontentamento social, e combate ao reforço da cultura conservadora e individualista que oblitera os laços sociais e de solidariedade e que coloca sempre a diferença como causa do descontentamento social. Se não estivermos preparados para os combates que se avizinham, a História repetir-se-á.





Vida Justa é o poder às pessoas

escrito por *Gonçalo Filipe*

A perspectiva importa, por isso, as palavras que se seguem são da responsabilidade de alguém que classifica as cidades suburbanas de Lisboa, lugar onde cresci, onde a diversidade é a norma e a democracia ainda é distante.

Os concelhos periféricos de Lisboa, concelhos como Loures, Odivelas, Amadora, Sintra, Almada, Seixal e Barreiro, foram concelhos que durante os anos 80 e 90 serviram de chão para o boom imobiliário, tanto a nível de construção de casas no âmbito do mercado como a nível de construção de bairros municipais para realojar milhares de pessoas em situação de precariedade habitacional ou em alguns casos, desconstruir bairros auto construídos dentro e ao redor de Lisboa. Esta configuração da habitação em Lisboa fez dos concelhos mencionados lugares com muita diversidade na população. Diversidade étnico-racial e de classe económica que caracteriza bem a ecletização demográfica que compõe muitas das escolas e ruas destas zonas da área metropolitana de Lisboa.

O movimento Vida Justa nasce numa altura de descontentamento alargado na população portuguesa com o aumento do custo de vida causado pela inflação e pela especulação económica. Essa situação foi exponenciada pela ausência de intenção parte do governo de maioria absoluta do PS de qualquer ação que visasse atenuar ou resolver estes problemas na crise que se intensificava na vida das pessoas.

Vários agentes políticos com experiência localizada e associativa em diversos bairros periféricos foram influentes na criação do movimento, dando-lhe uma frente de contestação que foi um espaço de e para pessoas da periferia de Lisboa. Milhares saíram à rua no dia 25 de fevereiro de 2023 e, nesse dia, as ruas tiveram a tal diversidade que é observada na maioria das escolas públicas dos concelhos que foram acima enumerados.

Foi neste dia também que a Vida Justa fez o compromisso de se deixar desdobrar em organizações nos bairros da periferia de Lisboa

e assim foi acontecendo. Houve 4 assembleias abertas desde esse momento até à data de hoje e em 3 delas houve um momentos culturais protagonizados por grupos dos respectivos bairros e círculos sociais, inaugurando uma dinâmica de interação entre a cultura local e o debate político.

Esta tentativa de fazer emergir o debate político nas zonas que foram construídas numa dinâmica de isolamento do resto da malha urbana e social é um fenómeno que visa potenciar o sujeito político periférico, isolado, precário, para quem se costuma dizer que o sol nasce mais tarde.

A Vida Justa é assim hoje um movimento que dialoga com uma parte da população que vive e trabalha na área metropolitana de Lisboa que tem na sua sociabilização uma génese bairrista, portuguesa e crioula que estaria muito melhor servida se fossem tidas como sujeitos políticos que contam tanto como a classe média ao invés do prato que é servido: baixos salários, falta de transportes públicos, dificuldades a suportar o custo da vida, rendas altas, despejos, degradação dos seus próprios bairros, repressão policial e isolamento.

Há potencial para que a Vida Justa seja uma ferramenta política de empoderamento de várias comunidades. A criação de quadros políticos em sítios que normalmente são deixados à sua sorte poderá ser a chave para que a periferia seja vista com outro olhar. Com o cariz do seu diálogo e iniciativa, o movimento está posicionado numa situação vantajosa para poder ajudar a construir massa crítica em bairros que estão estruturalmente afastados dos setores de influência e de decisão.

É comum encontrar nestas zonas da metropolitana de Lisboa, associações de moradores presentes em bairros municipais e bairros auto construídos, instrumentos importantes na organização das comunidades dos bairros onde estão. São promotoras de várias formas de apoio, desde a cultura à alimentação e a Vida Justa tem mantido diálogo desde o primeiro dia com estas entidades. Estas associações são um intermediário valioso entre o movimento social e as pessoas dos bairros, que vêm nelas um lugar com um potencial eficaz na resolução dos seus problemas.

A Vida Justa é um movimento visto com simpatia de quem está de fora com a ambição de fomentar a representatividade eclética das pessoas que estão dentro. Tem apresentado uma trajetória de integração das pessoas dos bairros e um diálogo natural com pessoas que cresceram em ambientes de diversidade étnico-racial e cultural.

A democracia funciona por adesão. Quando a maioria da população adere a uma ideia, um desejo, uma reivindicação, os governos democráticos correm o risco de se tornar impopulares se não derem ouvidos às inquietações das pessoas. Em Portugal, pessoas com quem a Vida Justa dialoga são a maioria. Em democracia, os problemas resolvem-se com voz, plataforma e representatividade.

Das ruas para sair da rua

Texto de Vasco Barata

É comum todos os debates sobre habitação começarem com alguém a dizer que o direito a uma casa é o direito esquecido da nossa democracia. Hoje, olhando para a centralidade que o tema tem no debate político, chega a ser desarmante ver como ninguém percebeu a importância que a casa tem para todos os outros direitos das pessoas, mesmo quando a voragem da especulação já nos entra pela nossa vida adentro.

O tempo da maioria absoluta foi marcado pelos grandes processos unitários e com força expressiva pelo direito a uma casa. A força destas manifestações foi tão mais intensa e tão mais surpreendente porque foi erigida sem a capacidade que, por exemplo, uma estrutura sindical ou um partido político podem trazer para um processo. A força foi a dos movimentos e dos ativistas que levaram a cabo uma estratégia de alianças que não excluiu ninguém e que, por isso, se mostrou capaz de dar resposta a um problema central da vida das pessoas. Isto significa que não há processos inevitáveis, de geração espontânea, que se ergam sem ativismo, sem organização. Portugal vive muitos outros dramas sociais e, por isso mesmo, é significativo que tenha sido a luta por uma casa a conseguir condensá-los na sua luta. E, finalmente, a força destes movimentos foi a capacidade de impor um discurso político à esquerda que não se pensava possível há uns anos.

Em Portugal, construímos as nossas políticas públicas de habitação com base na ideia de propriedade privada e incentivando a banca a dar crédito mais barato para a compra, o que foi o maior dos favores ao setor da construção civil. Mais tarde, a financeirização da habitação apanhou um país impreparado para responder politicamente a esta nova realidade.

Neste cenário, a esquerda viveu sempre à defesa. Falar para um país de mais de 70% de proprietários é eleitoralmente arriscado se quisermos debater limites à propriedade privada. Talvez por isso era comum ouvirmos na esquerda argumentos que, sabemos hoje, chocam com uma política de esquerda para a habitação: falamos das grandes preocupações com o alojamento local como rendimento para a classe média, falamos do sempre presente argumento dos pequenos proprietários que vivem das rendas dos seus imóveis ou, para dar mais um exemplo, dos mantras liberais sobre o controlo de rendas que contaminavam o pensamento à esquerda.

As manifestações Casa para Viver e o Movimento Referendo pela Habitação em Lisboa não obtiveram — porventura, ainda — as vitórias que desejavam: mudar radicalmente as políticas públicas de habitação. O fim dos vistos gold, as promessas de fim do regime do residente não

habitual ou as pífias limitações ao Alojamento Local não são as vitórias esperadas. Nem a limitação a aumentos de renda nos novos contratos — a melhor medida do pacote mais habitação e a maior vitória dos movimentos acima citados — chega para podermos dar por acabado este processo.

À certeza de que a habitação continuará a ser um dos temas centrais da vida das pessoas nos próximos anos urge juntar a certeza de que a capacidade de resposta a este problema se mantém. Ao que referi acima — de que não há processos de luta de geração espontânea — junta-se outra ideia, a de que qualquer movimento deve, constantemente, repensar a eficácia das suas ações e ter a criatividade de conseguir manter a intensidade da luta de forma a agregar forças.

Houve, porém, vitórias importantes que se retiram dos processos dos últimos anos. Hoje fala-se de controlo de rendas, de fim do alojamento local, de limitação de compra de imóveis a não residentes, medidas concretas que nada têm que ver com o anódino debate a que estávamos habituados sobre uma eventual e abstrata revisão do NRAU ou sobre alterações pontuais à lei do arrendamento. As grandes manifestações de 1 de abril e 30 de setembro mudaram a esquerda, o pensamento que esta tinha sobre a habitação, criaram novos ativistas e deram experiência militante concreta a quem participou nestes processos. Numa palavra, estiveram à altura do momento que vivemos.



A cor do dinheiro

escrito por José Gusmão

A COP28 terminou da forma habitual: celebrada por muitos dirigentes que nada têm feito para atingir os objetivos proclamados, esta COP teve a particularidade de expor com toda a clareza as divergências reais que atravessam o mundo sobre um combate às alterações climáticas a sério. E não, o mundo não está de acordo.

Uma das impressões mais fortes que retiramos desta e de outras COPs é a diferença abissal entre as exigências que decorrem da evidência empírica e aquilo que foi conseguido e mesmo o que é proposto. As contribuições nacionalmente determinadas, se cumpridas (e é um grande “se”), levariam a uma redução das emissões de 2%. De acordo com os cientistas, a redução necessária é de 43%.

O Fundo de Perdas e Danos tem um financiamento de menos de 0,2% das necessidades estimadas. Foi festejado apoteoticamente na Conferência. De uma forma geral, os recursos públicos envolvidos são irrisórios, quer por comparação com os investimentos necessários para cumprir com os compromissos, quer por comparação com os custos das alterações climáticas a que já estamos a assistir, desde as consequências dos fenómenos climáticos extremos até à saúde pública. E os países desenvolvidos, grandes responsáveis históricos das alterações climáticas, não têm pejo em fazer exigências ao sul global, sem sequer pôr em cima da mesa o perdão da dívida desses países.

Jean-Pascal van Ypersele (investigador e ex-vice-presidente do IPCC na quinta ronda de avaliações) escreveu no twitter: “Parece haver uma desconexão total entre o diagnóstico e o tratamento. O diagnóstico é de um cancro potencialmente mortal, devido ao abuso de combustíveis fósseis. O tratamento prescrito é uma mistura de wishful thinking e magia”.

A desconexão é real. Aparentemente, é possível terminar uma conferência sobre o clima em que as próprias decisões da conferência assumem uma catástrofe ecológica. Não foi a primeira vez.

A f(r)atura fóssil

A grande fratura da COP foi a posição a assumir sobre a energia fóssil. Essa posição dividiu aparentemente os produtores de petróleo de todos os restantes países, com destaque para os países para quem as alterações climáticas são uma ameaça existencial. Países que podem, pura e simplesmente, desaparecer do mapa. Mas muitos dos países e regiões do lado certo desse debate estão muito longe de ser consequentes com as posições assumidas em público.

A mesma União Europeia que fala de cátedra para o resto do mundo sobre a eliminação dos combustíveis fósseis vai adiando os seus próprios prazos e metas, mantém apoios à indústria fóssil e acaba de declarar o gás natural uma energia limpa. Já os Estados Unidos continuam a ser de longe o maior poluidor do mundo. A proteção da energia fóssil continua a ser a regra nos governos ocidentais, que têm no entanto de manter as aparências perante os seus próprios eleitores.

A transição energética consiste em passar de um paradigma de produção e consumo de energia para outro. Não se trata apenas de produzir mais energias renováveis para no fim produzir (e consumir) ainda mais energia no final. Trata-se de começar agora a desinvestir no fóssil. Uma transição energética que “elimine gradualmente” os combustíveis fósseis (uma expressão que gerou a mãe de todas as controvérsias), implica que ativos fósseis de valor

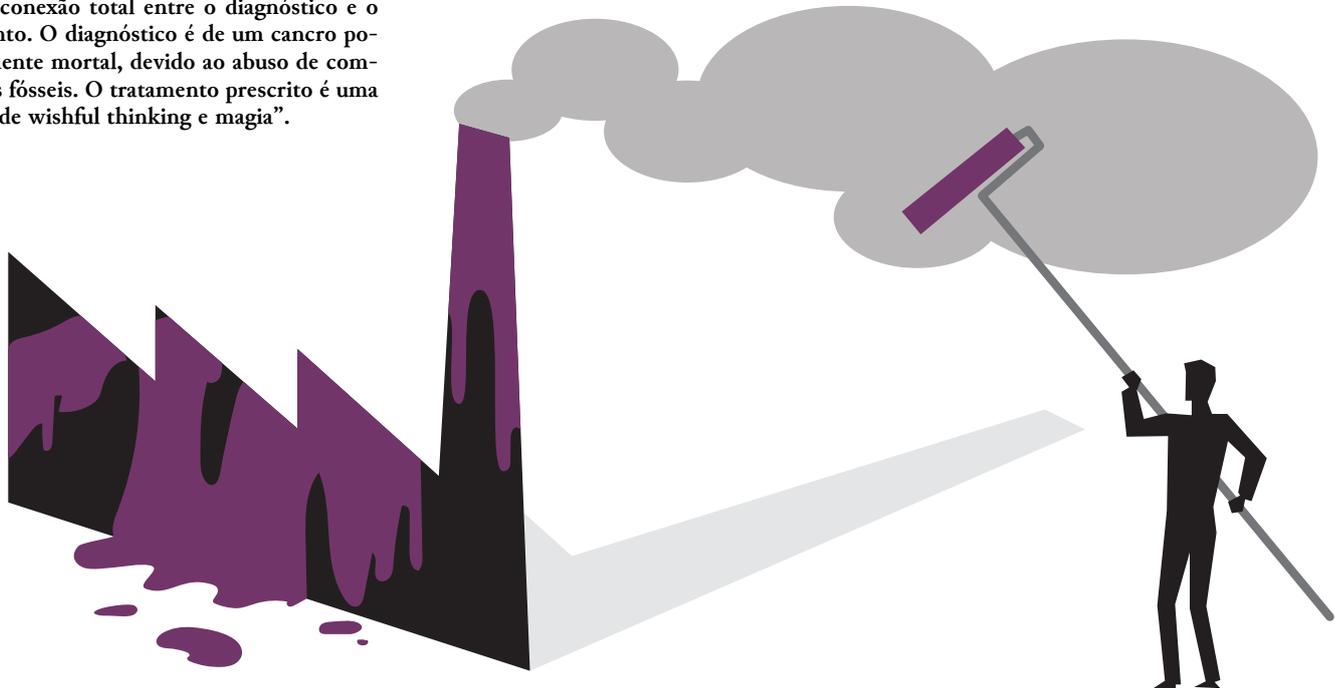
astronómico já hoje detidos pelas empresas do setor não poderão ser explorados e rentabilizados. Representa, por isso, uma colossal destruição de valor acionista.

Ora, como é evidente, a Arábia Saudita, o diretor executivo da Petrolífera Estatal da Arábia Saudita e os 2456 lobistas que se credenciaram na Conferência (o quádruplo da última edição), não o fizeram para permitir que uma tamanha sensatez pudesse passar. A ideia é criar mais negócios, não acabar com os que existem. Desse ponto de vista, nenhuma expressão da novilíngua fóssil é mais eloquente que as “emissões de carvão não abatíveis”, introduzida na COP26. Esta serve para protelar o fim do carvão em nome de uma tecnologia, a captura de carbono, que se encontra na sua infância, em termos que, pela 3ª COP consecutiva, ficaram por clarificar.

Começar pelos meios

Mas talvez ainda mais importantes que as metas que são definidas pela Conferência são os instrumentos, os recursos financeiros e as escolhas políticas que são mobilizados para começar a reagir agora. As metas estão fora do tempo de responsabilidade de quase todos os chefes de Estado que se deslocaram à COP. Pelo contrário, o que se decide agora quanto aos recursos públicos que devem ir imediatamente para o investimento em renováveis, na eficiência energética ou na mobilidade é o que realmente fica de palpável.

Infelizmente, embora também tenha havido decisões a esse nível, o que fica de múltiplas atividades e documentos da Conferência é a habitual conversa da mobilização do investimento privado, da finança verde, etc. Fica a fé que o mesmo capital, e frequentemente as mesmas pessoas que nos trouxeram aqui, vão salvar o planeta. Não é a definição da loucura, porque é apenas negócio.



“The Old Oak”
de Ken Loach



Um emocionante retrato da difícil convivência entre as comunidades imigrantes e as classes populares esquecidas pelo neoliberalismo britânico. Este novo filme-ensaio de Loach retrata a política do ressentimento e do ódio, tentando propor um caminho de empatia e solidariedade. “This is not charity, it’s solidarity”, repete o protagonista várias vezes, um homem de idade avançada que contempla o término voluntário da sua vida várias vezes. É um retrato de gente cansada de ver o mundo (em maiúsculas e minúsculas) a degradar-se sistematicamente, sempre em detrimento dos mais frágeis, e que tenta, apesar das limitações e contradições, ajudar. Por isso mesmo é desesperante: a incapacidade de transformar estruturalmente as nossas vidas respira-se com o tempo acinzentado do Reino Unido e a nostalgia de melhores tempos que não hão de voltar. O Inferno é aqui, mas Loach lembra-nos, irrealisticamente no final, que o caminho da solidariedade, embora íngreme, não deixa de ser possível.

“A mina” e “Tribunal A mina”
ou O Estado é nosso inimigo



As peças da companhia de teatro documental Hotel Europa têm marcado a cena teatral contemporânea portuguesa por trazerem as questões fraturantes que nos afligem. Esta leva a palco dezenas de pessoas da comunidade de São Pedro da Cova, diversas nas suas faixas etárias e experiências de vida, que mostram o dilema das mais de 300 mil toneladas de resíduos tóxicos abandonados no seu território, com a conivência das autoridades centrais e locais. Lutaram durante 21 anos por esta remoção, com diversos riscos para a sua saúde e bem-estar. No maior crime ambiental ocorrido em Portugal ninguém foi declarado culpado. Por isso mesmo, levam a cena a segunda peça onde, num ato imaginativo, propõem a justiça social.

Para ver:

A Mina
2 e 4 de Fevereiro
Teatro Carlos Alberto
Teatro Nacional São João
Porto

Tribunal A Mina
1, 3 e 4 de Fevereiro
Teatro Carlos Alberto
Teatro Nacional São João
Porto

dossiê

#68 SÉRIE II JANEIRO 2024



***o nosso
estado***

Lenine sobre o estado: combate e ilusão

texto de **Francisco Louçã**

O livro “O Estado e a Revolução”, escrito por Lenine de uma assentada em setembro de 1917, e que deixou incompleto, será o texto mais desenvolvido da segunda geração do marxismo sobre a natureza do Estado. Creio que, para as análises atuais sobre o que é e o que deve ser o Estado, tem três dimensões que devem ser sublinhadas (e discutidas).

A extinção do Estado

A primeira é a sua interpretação do que Marx e, sobretudo, Engels, tinham escrito sobre o assunto, em particular depois da Comuna de Paris, 1871, que tanto marcou a sua época. Embora Lenine notasse que Marx parece mais estatista do que Engels, por admitir a necessidade de estado num regime comunista, argumentou que ambos concordariam que se trataria de um estado em vias de extinção: “A expressão ‘o estado extingue-se’ é muito feliz, porque exprime simultaneamente o caráter gradual do processo e a sua espontaneidade”. A frase é interessante e pouco “leninista”, pela sua ênfase na espontaneidade do processo. No entanto, indica de seguida que o estado ainda seria necessário para proteger a propriedade comum e assegurar a igualdade na repartição dos produtos.

Engels, em contrapartida, explicou que “o proletariado toma o poder de estado e transforma primeiro os meios de produção em propriedade do estado. Mas, assim, suprime-se a si próprio como proletariado, suprime todas as diferenças de classe e igualmente como estado”. É um processo, mas um curso determinado “na medida em que é a maioria do povo que anula por si própria os seus opressores, deixa de ser necessário um ‘poder especial’ de repressão”. Acrescenta então Lenine, “é nesse sentido que o estado começa a extinguir-se”.

A influência da experiência da Comuna é evidente, pelo caráter heróico da primeira sociedade socialista e também pelas me-

didadas que tomou e que Lenine resume: o primeiro decreto suprimiu o exército permanente, seguiu-se a determinação da eleição, revogabilidade e pagamento a todos os cargos e funcionários públicos do salário de um operário. É bem sabido que este modelo não foi aplicado pelo poder soviético, confrontado logo com uma guerra civil e invasão estrangeira e ainda com graves dificuldades económicas e sociais. O estado não começou a extinguir-se.

Os correios alemães

Este otimismo sobre a espontaneidade da extinção do estado a partir da revolução levou Lenine a simplificar o que seria a sua gestão económica. Escreveu ele que “um espírito social democrata alemão dos anos 1870 disse dos Correios que são o modelo de uma empresa socialista. Nada de mais justo. Os Correios são atualmente uma empresa organizada na base do modelo do monopólio capitalista do Estado” e seriam o exemplo a seguir. Naquele caso, os trabalhadores disporão “de um mecanismo admiravelmente aparelhado do ponto de vista técnico, libertado do parasitismo e que os operários associados podem bem por a funcionar contratando eles próprios os técnicos, os vigilantes, os contabilistas e retribuindo todos, como acontece a todos os funcionários públicos, com um salário de operário”. Conclusão: teremos “toda a economia nacional organizada como os Correios”.

Rapidamente se verificou que este conceito era inaplicável. Muitas estruturas produtivas são diferentes dos Correios, nem todas são monopólios e são mais complexas em qualificações e diversidade de produtos. O que então Lenine revelava é que, sem a experiência prática, os bolcheviques não sabiam que dificuldades iam enfrentar na gestão do estado e da economia.

Abundância

O fundamento cultural tanto para a antecipação de um processo espontâneo e de uma gestão simplificada como nos Correios era a crença num rápido crescimento da produtividade, consolidando a sociedade com uma abundância igualitária. Isso é afirmado por Lenine com ênfase: “a base económica para a extinção total do estado é o comunismo chegar a nível tão elevado de desenvolvimento que desaparece qualquer oposição entre trabalho manual e intelectual”, a principal fonte de desigualdade. Desse modo, o estado “poderá extinguir-se completamente quando a sociedade realizar o princípio ‘de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades’”. Nesse momento, escreveu, “a repartição dos produtos já não exigirá o racionamento pela sociedade dos produtos entregues a cada um: cada um retirará livremente os produtos ‘segundo as suas necessidades’”.

As objeções a esta ideia de futuro foram discutidas no livro. Alguém terá zombado desta hipótese, dizendo que as pessoas vão querer trufas, carros e pianos. Indignação de Lenine: com a nova sociedade, mais consciente, desaparecerá “o homem médio que hoje é capaz de desperdiçar ‘segundo o seu prazer’ as riquezas públicas e exigir o impossível”. Haverá abundância e contenção, tanto mais que nesta democracia todos participam na gestão do estado. Esta é a sua hipótese mais controversa, até hoje desmentida pela vida: por maiores ganhos de produtividade e de coordenação, mesmo admitindo uma reconversão que proteja o ambiente, não se alcança um sistema de abundância que dê a todas as pessoas tudo o que querem. Havendo restrições e gestão de recursos limitados, haverá uma organização a que se chamará estado, seja ele o oposto da forma de poder oligárquico que agora existe.

Como o Partido Socialista liberalizou o Estado

Texto de **Andreia Galvão**

É possível argumentar que a história do desenvolvimento económico de Portugal entre o início do século XX e a atualidade é a de uma elite económica que tem representado um atraso nos investimentos estruturais necessários para um modelo social e económico de justiça, mantendo o seu domínio através da utilização do Estado como organizador e produtor da burguesia nacional. Se o Estado Novo mobilizou esta burguesia num movimento reacionário de conservação das colónias como forma de manutenção de um foco de extração económica face à periferalização da economia nacional, o 25 de Abril veio significar, a curto prazo, a detenção de vários dos empresários e líderes das famílias “nobres” portuguesas (após o golpe de 11 de Março de 1975) e a nacionalização de múltiplas estruturas bancárias. E no entanto, o padrão de desigualdade de distribuição de capital, propriedade e meios de produção rapidamente voltou aos eixos iniciais: a reorganização da estrutura empresarial privada foi revigorada após o 25 de novembro de 1975. Diversas privatizações (o período de governação de Cavaco Guterres, Durão-Portas e Sócrates) seguiram-se e o período revolucionário parecia cada vez mais longínquo na estrutura financeira e na retórica em torno das contas e da administração pública.

O Partido Socialista, que declarou em 1973 na sua declaração de princípios a afirmação da defesa do socialismo em liberdade, do marxismo e a definição de objetivo último uma sociedade sem classes, foi um dos agentes deste movimento pendular para a direitização do panorama político. Tendo estado imiscuído na governação como um dos partidos mais predominantes fez parte dos conhecidos Blocos Centrais. “PS completa 50 anos de existência dos quais metade esteve no Governo”, lia-se no dia 19 de Abril de 2023 na plataforma online da TSF.

O debate sobre o quadro ideológico no qual o PS de hoje procura atuar é motivo de contínua discórdia, evidente na comunicação social e nos próprios militantes e dirigentes (veja-se o debate atual em torno dos candidatos ao cargo de secretário-geral). No entanto, o afastamento do marxismo em torno da concentração de capital não é recente, mas sim fruto de diversas opções nas últimas décadas. Em 1986, a influência de Mário Soares junto a François Mitterrand foi crucial para a “associação estratégica” na privatização da Tranquilidade e do BES. Só entre 2006 e 2010, por força do PS, foi eliminado o capital do Estado na fileira da celulose, assumindo-se a privatização da Portucel, a privatização de empresas estratégicas do setor da energia como a EDP, a Galpenergia e a REN. Foi até Santana Lopes que declarou em 2010 que “o PS é o partido das privatizações”. Veja-se que o próprio filho da ala esquerda do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, como ministro das infraestruturas, tem sido excepcional na aplicação de um programa que qualquer partido de direita teria desejado implementar:

- escolheu não reverter a privatização dos CTT, mas ao invés disso negociar com o grupo Champalimaud;
- não reverteu a Lei do Trabalho Portuário, aliando-se ao patronato do Porto de Lisboa
- aceitou colocar a TAP sobre um processo de reestruturação, destinada a ser vendida a uma das três operadoras europeias de referência- Lufthansa, Air France/KLM, Iberia/British

Se o Estado se tornou o mecanismo para a acumulação desigual de capital, através das transferências no sistema financeiro, no acesso a benefícios fiscais e na acumulação da fraude e da evasão fiscal, o PS tem constituído um ativo contribuidor para o crescente fosso entre as classes na

sociedade portuguesa. Em 1991, Cavaco Silva disse que Portugal estaria aberto ao capital estrangeiro, desde que não envolvesse empresas “estratégicas do Estado”. Hoje, tal premissa já não é aplicável, mas perguntamos: o país ficou melhor com o rol de privatizações?

Vejamos alguns exemplos:

- a reprivatização do setor financeiro teve como consequência a primazia da atividade especulativa, em detrimento da atividade produtiva. Veja-se o desaproveitamento da Caixa Geral de Depósitos
- no setor industrial verificou-se o acentuado definhamento de várias empresas privatizadas
- o setor energético, cuja privatização começou em 1997 e 2011 conheceu aumentos sucessivos de tarifas simultaneamente à divisão milionária de dividendos entre acionistas, como se viu durante o aumento da inflação aquando o início da guerra na Ucrânia

O Partido Socialista da maioria absoluta não aproveitou os mecanismos à sua disposição para contestar a presença excessiva de grupos estrangeiros no mercado imobiliário português, à custa da vida de milhares de pessoas, muitas das quais constituem o seu eleitorado. Porquê, inquirimos?

A insistência de clarificação política não é apenas relevante para o debate da teoria política: é para quem vive neste país. A distância crescente entre os interesses de quem vive do seu trabalho e quem defende os interesses dos grandes grupos económicos não pode ser confundida com o socialismo. É brincar com quem trabalha.

O Estado e o Ordenamento do Território Rural

texto de **Ricardo Vicente**

Nas últimas décadas foram grandes as mudanças ocorridas nos territórios rurais em Portugal, com fortes transformações ao nível do uso dos solos que foram impulsionadas por diversos fatores socioeconómicos e biogeofísicos, mas em especial pela ineficiência ou ausência de políticas públicas capazes de conduzir a gestão do território em função do interesse público.

Atualmente os territórios rurais estão fortemente calcados pela promiscuidade entre governantes e grandes interesses privados que giram em torno da exploração e/ou posse de recursos naturais. Entre privilegiados pela sombra do Estado, no sector agroflorestal, convém distinguir duas grandes tipologias: a primeira, mais antiga e com expressão a sul do Tejo e a Norte do Algarve, de lógica rentista, onde subsídios comunitários fortemente co-relacionados com a posse da terra representam mais de 100% dos rendimentos da atividade; a segunda, muito produtiva e de lógica extrativista, altamente rentável do ponto de vista económico e de crescente financeirização, beneficia de impunidade ambiental e social e de forte subsídição pública para capitalização tecnológica. O favorecimento político de formas de produção agrícola e florestal altamente financeirizadas, como são exemplo as fileiras da celulose e dos azeites de origem superintensiva, geram um rasto de destruição de dimensão paisagística que é evidente a curto-médio-prazo e territorialmente indistigável.

Nos parágrafos que se seguem, darei alguns exemplos de um passado recente, no que diz respeito à dimensão agrícola e florestal, onde a ação do Estado penalizou fortemente o interesse público, quer pela despesa pública associada quer pelos efeitos adversos das medidas.

Política Florestal

A política florestal em Portugal tem sido fortemente condicionada pelos interesses da indústria da celulose, gerando uniformização da paisagem com eucalipto, uma espécie altamente inflamável, tal como o Pinheiro Bravo – este, em forte e preocupante declínio, tem uma história associada a outras atividades económicas (ex: extração de resina e produção de mobiliário). O pinheiro bravo é em muitos locais a única espécie florestal possível de cultivar, como são exemplo os muitos hectares de montanha com solos pobres e pedregosos ou os cordões dunares da costa atlântica que só a instalação de pinhal conseguiu estabilizar. Depois dos incêndios de 2017, vastas áreas de Pinhal continuam sem gestão adequada, em solos impossíveis de rearborear com espécies diferentes e que agora estão desprovidos de banco de sementes que possam possibilitar a regeneração natural em caso de novo incêndio (o que levará à perda do património genético melhor adaptado ao território). Algumas das áreas em causa são de propriedade e gestão pública.

São inúmeras as espécies florestais que desempenham funções de elevada importância ecológica e socio-económica quando em povoamentos com dimensão, localização e gestão adequadas. São exemplo a proteção do território contra incêndios, a recarga de aquíferos, preservação de solo e biodiversidade, a captação e retenção de longo prazo de gases com efeito de estufa ou a simples criação de espaços de lazer para populações rurais e urbanas. Com o

agravar da crise climática estas funções serão cada vez mais relevantes mas a política pública está longe de as priorizar.

Os principais instrumentos de ordenamento florestal ignoram as alterações climáticas e consideram os povoamentos puros de eucalipto como prioritários, possibilitando o financiamento público da sua expansão. Ao invés de obrigar à diversificação florestal e à redução da vulnerabilidade do território aos incêndios, o Estado incentiva práticas extrativistas que uniformizam combustíveis e aceleram a escalada do risco e perigosidade dos incêndios.

Política agrícola

Se ao nível florestal há uma grande inadequação dos instrumentos de ordenamento, ao nível agrícola estes simplesmente são inexistentes, o que acarreta enormes riscos ambientais, patrimoniais e de saúde pública. O melhor exemplo desta situação encontra-se no perímetro de rega do Alqueva, onde após um enorme investimento público na captação, distribuição e pressurização de água para rega, as áreas agrícolas beneficiadas foram ocupadas com olivais e amendoais superintensivos, num processo de transformação do uso do solo sem a condução de qualquer instrumento de planeamento paisagístico que procurasse a

conciliação entre interesses públicos e privados. Apesar de se tratarem de atividades económicas altamente rentáveis e muitas delas enraizadas em fundos financeiros, os seus promotores são subsidiados com pelo menos 30% dos custos de instalação dos olivais com fundos da Política Agrícola Comum que os consideram prioritários e, anualmente, com acesso a água de rega abaixo do preço de custo. Este cenário, como o que relatarei nos parágrafos seguintes não resulta de qualquer fatalidade imposta por Bruxelas, mas sim por decisões de sucessivos Governos.

A PAC representa o principal envelope financeiro destinado aos territórios rurais em Portugal. São 10 mil milhões de euros com aplicação de 2020 até 2027. Num país com elevada heterogeneidade territorial e socioeconómica – na escala espacial e temporal – com oportunidades e dificuldades tão distintas, a aplicação destes apoios decorre com regras e prioridades iguais para todo o território e mais de metade dos seus apoios estão trancados a beneficiários com base em históricos de produção dos anos 90. A promiscuidade entre o poder político e os interesses privados de grandes latifundiários levou a que as medidas da PAC fossem sempre desenhadas para a realidade das explorações dominantes localizadas

entre o Tejo e o Algarve. Em consequência, os fatores trabalho e produção, estão excluídos dos critérios de atribuição de apoios, quatro em cada dez explorações agrícolas do país não recebem qualquer subsídios da PAC e entre os beneficiados há 2% que capturam um terço das ajudas.

Apesar das populações rurais terem cada vez menos dependência económica e relação com a produção agrícola e florestal, estão expostas a limitações e a níveis de risco e insegurança crescentes decorrentes destas atividades (ex: grandes incêndios, destruição de património, contaminações do ar e da água, etc.). Este desligamento não foi acompanhado de processos participativos de decisão e tem levado a um cada vez menor envolvimento das populações na gestão do território.

O capitalismo rentista e o Estado

texto de *João Bernardo Narciso*

Desde os seus primórdios que a economia enquanto ciência se preocupa em compreender de que forma se pode fomentar o crescimento económico através do reinvestimento em atividades produtivas em detrimento de outras, as improdutivas, que deveriam ser limitadas.

Na teoria do valor da economia política clássica, as rendas são os valores pagos aos donos dos ativos necessários aos processos produtivos, mas que têm custos negligenciáveis de produção. Os rendimentos originados na propriedade da terra e na maior parte do setor financeiro são por isso rendas, porque não contribuem para o aumento da riqueza geral e são apenas uma forma de transferência de fundos de umas atividades para outras. Com a preocupação de que o aumento das rendas levaria a níveis de investimento e salário desadequados, e por sua vez à estagnação e à desigualdade económica, clássicos como Smith, Ricardo e Mill defendiam que a maior parte dos impostos do Estado deveria advir dos proprietários de terras que lucravam com o desenvolvimento económico sem nunca contribuir para ele. Marx, por outro lado, defendia que o rentismo com base no aumento da procura da terra e do seu preço era parte inalienável do modo capitalista de produção, e que por isso a regulação do sistema através dos impostos seria impossível. A alternativa marxiana é a socialização das rendas através da nacionalização.

Keynes clarifica a demarcação entre atividades produtivas e não produtivas com o desenvolvimento da tese do rentismo financeiro, composto por uma classe parasitária que lucra com o controlo de um recurso escasso – o dinheiro – e que extrai riqueza das empresas e dos trabalhadores sem em nenhum momento criar valor ou emprego. Keynes aponta que, ao contrário da terra, não existe nenhuma razão intrínseca para a escassez de capital. Por isso, uma política monetária e de crédito adequada, com taxas de juro próximas de zero, teria o poder de “eutanasiar os rentistas”.

Hoje, as economias modernas vêm-se cada vez mais estranguladas com rendas que desviam importantes recursos da economia real. Mas não são inevitáveis - a sua manutenção e expansão depende de um quadro institucional ditado pelas políticas do Estado.

As rendas da propriedade da terra e do imobiliário e as rendas financeiras andam de mãos dadas e continuam a ser centrais no capitalismo rentista. A liberalização do sistema bancário mundial nos anos 80 e 90, que culminou com o fim da separação obrigatória da banca comercial e de investimento, promoveu a expansão do crédito e o investimento especulativo no mercado imobiliário, potenciando um crescimento de preços do imobiliário a um ritmo muito maior que o do crescimento da remuneração do trabalho. Esta situação tem conduzido ao endividamento das famílias e a uma grave crise da habitação em muitas cidades do mundo. Foram as políticas dos estados que, imbuídos pela ideologia da “sociedade de proprietários” e pelo lobby do setor financeiro, criaram as condições esta espiral de extração de renda chegas-

se a este ponto. Em Portugal, a liberalização financeira, a perspetiva da integração na união monetária, e a redução das taxas de juro nos anos 90 levou a que grande parte da expansão do setor bancário se devesse à construção e à aquisição de imobiliário. Os planos de crédito bonificado, os regimes fiscais apelativos para investidores imobiliários, a privatização de partes do parque habitacional público, são outros fatores que contribuíram para esta situação. Hoje, o estado continua a garantir rendas aos proprietários, que são subsidiados diretamente através dos programas de renda acessível, em que o erário público suporta a diferença entre a renda apoiada e a renda “de mercado” e isenta os senhorios de IRS/IRC e IMI (talvez seja a este tipo de garantias que Pedro Passos Coelho se referia, ao defender um Estado-Garantia em detrimento de um Estado-Prestador).

Existem alternativas. Em economias avançadas como as da Coreia do Sul e de Singapura, a esmagadora maioria do território é detido ou controlado pelo estado. As rendas da terra são por isso socializadas e podem ser usadas na promoção da habitação pública e acessível. No que concerne às rendas financeiras, é imprescindível que as atividades de crédito e investimento voltem a estar subjugados à democracia e aos interesses dos estados, tornando-se úteis na persecução de objetivos económicos que beneficiem a maioria. Para isso, é necessária a re-regulação do sistema bancário e o controlo público e ativo do setor.

Quando Adam Smith falava de mercados livres, referia-se acima de tudo a mercados livres de rendas. Ficaria, portanto, admirado quando os seus autoproclamados discípulos liberais invocam o seu nome com a intenção de manter e intensificar um regime rentista com base no privilégio.

O meu desejo para este novo ano é que possa voltar a descansar em paz.

Pode a política industrial ser anticapitalista?

texto de **Alexandre Abreu**

A política industrial é, resumidamente, o conjunto de políticas públicas que visam promover a transformação estrutural da economia, habitualmente no sentido da promoção de setores considerados mais dinâmicos, qualificados e competitivos. Os instrumentos tipicamente mobilizados para esse efeito são diversos e incluem os subsídios, os benefícios fiscais, o acesso bonificado ao crédito, as compras do Estado, a criação de mercados protegidos por via de tarifas sobre as importações ou de limitações à entrada de novos concorrentes, etc.

Como tem sido documentado por uma longa tradição heterodoxa em Economia, o recurso à política industrial e ao intervencionismo estatal é algo de absolutamente típico na história do desenvolvimento capitalista. Isso aplica-se tanto às economias centrais, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, em particular nas suas fases de ascensão hegemónica, como aos casos mais bem-sucedidos de industrialização tardia promovidos por Estados desenvolvimentistas, incluindo na China e restante leste asiático. Contrariamente às teses do discurso liberal, a acumulação capitalista não dispensa na prática o papel ativo do Estado na criação de condições favoráveis a essa mesma acumulação, seja na criação de uma força de trabalho disponível e disciplinada, na criação e proteção de mercados ou na canalização de recursos públicos para assegurar a rentabilidade de certos setores.

Apesar disso, nas últimas décadas, a consolidação da ideologia neoliberal teve como peculiar característica a obnubilação desta articulação umbilical entre Estado e capital, pelo menos nos planos do discurso e da prescrição de políticas no contexto de formações sociais (semi)periféricas. Daí resultou o também peculiar facto de que, atualmente, talvez o principal aspeto que distingue a maioria dos proponentes de políticas de desenvolvimento consideradas heterodoxas e progressistas ser a sua defesa da intervenção do Estado na promoção da competitividade – por outras palavras, na promoção da acumulação. Esta peculiaridade é, pelo menos em parte, uma consequência do sucesso neoliberal na substituição da antinomia trabalho vs. capital pela mais superficial e ilusória antinomia Estado vs. mercado.

Ora, se a política industrial e o Estado desenvolvimentista não colocam necessariamente problemas de coerência para os proponentes de políticas de desenvolvimento que não se considerem anticapitalistas (se bem que a história dos Estados desenvolvimentistas realmente existentes tem sido muitas vezes uma história de repressão brutal de trabalhadores e classes populares, o que deveria ser um problema em si mesmo), essa questão já se coloca inevitavelmente para quem se oponha ao capitalismo e às suas lógicas. Como é que uma posição anticapitalista pode, em coerência, defender a mobilização dos

recursos e do poder do Estado para apoiar a mesma acumulação que condena em virtude das suas consequências ao nível da alienação, da destruição ambiental e da geração de desigualdades múltiplas e crescentes?

Para responder a esta pergunta, julgo que é útil distinguirmos o curto do longo prazo estratégicos. No primeiro, da ação política mais conjuntural, parece-me aceitável e até fundamental a defesa da política industrial num sentido reformista progressista, se esta servir para melhorar a situação dos trabalhadores e classes populares e para evitar padrões de especialização e regimes de acumulação mais desiguais, mais empobrecedores para a maioria e mais destrutivos social e ambientalmente. No horizonte de longo prazo, o problema é mais complexo e julgo que obriga a optar por uma de duas posições: ou um marxismo teleológico, que considere o desenvolvimento capitalista das forças produtivas um objetivo suficiente, designadamente por conduzir com maior probabilidade à superação do próprio capitalismo – o que me parece inaceitável; ou a prioridade à deliberação democrática, à defesa do ambiente e à repartição igualitária da riqueza social, o que implica a rejeição da prioridade à acumulação – por outras palavras, a rejeição da prioridade à competitividade e ao crescimento.

Se assim é, conclui-se que a política industrial pode ser anticapitalista desde que vise promover a transformação estrutural da economia em sentidos que sejam favoráveis aos trabalhadores, às classes populares e ao ambiente. No curto prazo, isso pode ter uma lógica de mitigação dos malefícios do capitalismo e ser feito em nome dos trabalhadores e classes populares; no longo prazo, não dispensa a agência direta destes mesmos trabalhadores e classes populares, como não dispensa horizontes de transformação social mais profunda.

Não é bem assim...

Para que serve o Estado

texto de **Ana Feijão**

“O Estado só complica a vida das pessoas”

Uma sociedade não é uma família. E, na verdade, mesmo dentro de uma família, é preciso formalizar acordos, para que cada pessoa possa ter o seu lugar e a sua expressão sem impossibilitar a das outras. Naturalmente, quando se fala de comunidades que incluem milhões de pessoas, aumenta a complexidade dos acordos de convivência. E essa complexidade precisa de leis e até pode usar uma dose suficiente de burocracia de maneira a facilitar o funcionamento desses acordos. Mas a burocracia em excesso também tem o efeito de complicar e excluir.

Ao Estado deve caber a organização dos acordos que essa sociedade considera fundamentais para uma boa convivência (pelo menos em Democracia). Mas não é só para isso que serve o Estado.

“O Estado é ineficiente e gasta sempre mais do que ganha.”

Não se trabalha pouco em Portugal. Isso significa que muita riqueza é gerada, mas também significa que se trabalha demais porque a distribuição dessa riqueza é feita de forma bastante desigual. À escala do país, o que é produzido também não é distribuído de uma forma equitativa e transparente. Mas isso não é uma inevitabilidade - é uma escolha política.

A preocupação com as “contas certas” também está carregada de falta de clareza: não se pode “gastar de mais” para melhorar a vida das pessoas (investir no SNS ou na Escola Pública, aumentar salários ou garantir habitação), mas se for preciso “salvar um banco” já é possível. Estas são as “contas certas” do capitalismo.

Mas o papel do Estado deve ser responder ao conjunto da sociedade e não às elites económicas. Ou seja, não é um problema da natureza do Estado, é um problema de opções governativas.

“O Estado só serve para cobrar impostos.”

Os impostos são uma parte fundamental da receita do Estado. Eles são a nossa contribuição para que o Estado nos garanta o que devemos exigir dele: saúde, educação, habitação, paz, proteção. E pagar impostos não implicaria esforço se os rendimentos do trabalho fossem suficientes para garantir as condições para uma “vida boa”. Novamente, aqui entram as escolhas políticas que limitam que o Estado cumpra o seu papel e redistribua a riqueza de uma forma justa. Os impostos poderiam ser usados para haver justiça na economia: se há quem muito ganhe com o trabalho alheio e com a especulação, devia contribuir justamente mais.

“O Estado tem de fornecer serviços essenciais, o resto é excesso de controlo.”

O Estado tem de garantir os serviços públicos essenciais, sim. E o essencial não é pouco: saúde, educação, habitação, paz, proteção. Mas, além disso, também tem o dever de garantir igualdade de oportunidades para que cada pessoa possa fazer as suas escolhas informadas, livres e conscientes. Isso implica, num contexto de desigualdade social crescente, ter um papel na redução das desigualdades e na promoção da justiça social. E isso

faz-se através de políticas económicas mas também sociais. E faz-se através de políticas que protegem os direitos de quem trabalha, de quem paga a sua casa com o seu salário, de quem perdeu o salário ou a casa. Um Estado que nos protege é alguém com muitos (a)braços.

“O Estado devia garantir a segurança e o resto é responsabilidade individual.”

O Estado deve, de facto, garantir a segurança de quem vive no seu território de gestão: a segurança de se ter um tecto para onde voltar em cada dia, a segurança de poder pagar a alimentação com o dinheiro do salário, a segurança de ter atendimento num hospital público quando se está doente ou a segurança de ter creches e escolas capazes de criar uma sociedade futura sempre melhor que a presente. E, sim, a segurança de não viver em guerra, de poder andar na rua sem ser atropelada por trotinetes conduzidas por turistas embriagados, ou de não ter a casa invadida a meio da noite por rusgas policiais. No fundo, para garantir segurança, o Estado tem de garantir muitas outras coisas como o acesso a serviços públicos de qualidade.

“O Estado não deveria meter-se onde o mercado já está, como na saúde e na educação.”

Será que um Estado pode garantir que o futuro é melhor que o presente quando delega aos interesses do Capital as decisões sobre o que é essencial? Quem tem acesso à informação, qual é a informação a que se tem (ou não) acesso, que reflexões fazemos sobre a História, como vivemos a vida em comunidade, ou como construímos o futuro não são meras decisões que possam ser feitas por intermédio do lucro. O mesmo se passa com a vida, a doença, o bem-estar ou a saúde das pessoas. O Estado somos nós para nós, como comunidade, por isso temos de ser nós a saber que futuro queremos construir.